

Crise na Sudene irrita PFL

O partido quer que Sarney exija uma definição do PMDB



Marco Maciel vai a Sarney defender o ministro Joaquim Francisco

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), transmitirá hoje ao Presidente da República a irritação partidária com a tentativa do PMDB, através do superintendente da Sudene, Dorany Sampaio, de contestar a orientação do ministro do Interior, Joaquim Francisco. O PFL dirá ao Presidente que aceita manter a Sudene com o PMDB, mas o superintendente tem que ser enquadrado.

O ministro do Interior, Joaquim Francisco, recebeu ontem, em seu apartamento, o senador Maciel, ministros e constituintes do PFL para uma análise do quadro político após a convenção do PMDB. A grande maioria concordou em que o Ministro está certo em reclamar do comportamento de Dorany e tem a solidariedade do partido.

nhedido por quase todos. Admite Lourenço que, no futuro, o PFL componha-se com os moderados do PMDB e outros partidos. O objetivo principal não será apenas a sustentação do Governo Sarney, mas sim a criação de um partido de centro-liberal que representaria a maioria da Nação.

FIRMEZA

O ministro Joaquim Francisco recebeu ontem, pela manhã, telefonemas e visitas de dezenas de constituintes do PFL que o apoiam na sua resolução de exigir do superintendente da Sudene o necessário respeito hierárquico.

A explicação de Joaquim Francisco é de que não tem nada de pessoal contra Dorany Sampaio, mas não pode continuar no cargo se ele, exercendo uma função que lhe é subordinada, desconhece totalmente sua orientação. Acredita que, nessas condições, o Ministério do Interior acabará servindo para desmoralizar o PFL e sua participação no Governo.

O PFL não exige a demissão de Dorany Sampaio porque compreende que o Presidente da República tenha interesse político em atender o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. O que o partido deseja é a respeitabilidade do Ministro, considerado um dos principais nomes do PFL para o futuro. Para a grande maioria dos constituintes do PFL, o Ministro está certo em sua disposição de sair do Governo se o superintendente da Sudene não for devidamente enquadrado.

PARALELO

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), advertiu ontem que o Governo não pode ficar como está. Há, na prática, dois governos, um chefiado pelo presidente José Sarney e outro pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães (SP), que tem vários ministros sob sua orientação. Esses ministros teoricamente pertencem ao Governo Sarney.

O PFL, de acordo com Lourenço, não pode conviver mais com o setor do PMDB que "continua no palanque, fazendo demagogia e sem responsabilidades para com o Brasil". Essa parte tem agido contra o próprio Governo e é responsável pelo fim da Aliança Democrática, hoje reco-

PODER & POLÍTICOS

Um passo arriscado

Afirmar que o Governo não foi derrotado na convenção nacional do PMDB é tentar esconder o sol com uma peneira. O Governo foi derrotado desde o momento em que ignorou um compromisso firmado com a cúpula do PMDB e partiu para um confronto, no voto, tentando abrir à luz do sol uma votação que teria de ser secreta, para um partido que protestou justamente contra as votações em aberto a que o sistema militar submetia a Arena e depois o PDS.

O Governo pagou para ver, julgando que possuía o necessário cacife para isso. Como se verificou pela votação em que a preliminar do voto em aberto foi colocada, perdendo, não tinha votos em quantidade para provocar o confronto. O erro tático do Governo afastou dele a maioria esmagadora dos governadores, que preferiu cercar fileiras com Ulysses Guimarães, o presidente do partido, a correr riscos.

O Presidente tem razão quando diz a alguns de seus interlocutores que a cúpula do PMDB e os governadores preferiram deixar indefinida a questão do mandato para mantê-lo sob controle. Mas esta é uma realidade que não está em seu poder resolver, pelo menos no atual momento. Não lhe restava outra alternativa senão manter o acordo com Ulysses de forma a remeter mandato e sistema de governo para a competente decisão do foro próprio, que é a Constituinte.

Quando desrespeitou o acordo firmado com Ulysses, Sarney assumia atitude de desafio, procurando saber se a maioria dos seus aliados, diante de uma decisão de vida e de morte, ficaria com ele ou com Ulysses. Como se viu, eles preferiram ficar com o comando partidário.

Partir para o confronto logo na preliminar do voto secreto ou aberto foi um erro tático. O líder do Governo, Carlos Sant'Anna, justifica-se, sustentando que tinha necessidade de saber com quem contava. Ora, os governadores tiraram-lhe muitos votos quando a questão foi colocada em termos de ou dá ou desce.

O escore foi de 477 pelo voto secreto e apenas 270 pelo voto em aberto. Muitos dos que acompanharam Sant'Anna com grande fidelidade preferiram ficar com os governadores e a cúpula partidária para não correr também o risco de uma vitória do grupete Covas. O Presidente e seus amigos poderão até reformular a base de sustentação do Governo, mas será um erro se isso for feito à custa de um novo conflito com o PMDB.

Se o Governo vai ruim com o PMDB, pior irá sem ele. O Presidente da República está tão asobrado de dificuldades que não pode se dar ao luxo de correr esse risco. Seria uma temeridade. Ampliar o número de aliados é desejável, mas esses novos e fiéis amigos vão exigir naturalmente razoáveis nacos de poder que já estão rasteados entre os atuais amigos.

Depois dos estragos que sofreu, o Governo, após os frustrantes resultados da convenção nacional — pelo menos para o Presidente e seus amigos — o mais aconselhável seria fazer curativos nos ferimentos. Em outras palavras, tratar de promover uma recomposição com Ulysses Guimarães e as principais lideranças do partido. A curto prazo, pelo menos, romper a aliança com o PMDB para fazer um novo sistema de sustentação política com parlamentares desse partido, o PFL e mais PTB, o PL, parte do PDS e outros que se dispusessem a aderir ao pacto seria um passo extremamente arriscado.

TARCISIO HOLANDA

Dorany tem planos para o Nordeste

São Paulo — Mesmo se fosse dobrado o volume de incentivos fiscais previsto para ser destinado este ano ao Nordeste, ainda assim seria insuficiente para atender a demanda de empresas que desejam se instalar na região. O comentário é do superintendente da Sudene, Dorany de Sá Barreto Sampaio, que esteve ontem em São Paulo em campanha pelo fortalecimento do sistema de incentivos ao Nordeste através da carteira de ações do Finor — Fundo de Investimentos no Nordeste, — cujo presidente, Antônio Carlos Frota, também o acompanhava.

Este ano a Sudene espera arrecadar através do Finor 18 bilhões de cruzados. Essa estimativa, entretanto, só será confirmada à medida em que forem apurados no recolhimento do Imposto de Renda, quando as deduções forem destinadas ao Finor.

"É preciso um redirecionamento disso. E preciso aumentar esse percentual em pelo menos 10 por cento. Sobretudo porque o Governo arrecada lá muito mais do que devolve. É uma questão de justiça fiscal", reclamou o superintendente. Ele denominou de "demanda reprimida" o fato de o Finor não ter recursos suficientes para atender a totalidade das empresas que estão em implantação dentro do prazo desejado.

Apesar da carência de verba, o interesse das empresas pelo Nordeste é muito grande, segundo Sampaio. "temos cerca de mil cartas-consultas na Sudene aguardando análise e aprovação a fim de se transformarem em projetos de implantação. E só não podemos aprovar em curto prazo porque a demanda é maior do que a capacidade de recursos". Entre essas empresas estão a Toyota e a Iveco, indústrias do setor de veículos, que pretendem implantar suas filiais no complexo portuário de Suape, em Pernambuco, e que aguardam ainda parecer do Conselho do Desenvolvimento Industrial.

A prioridade de investimentos da Sudene é na indústria de alimentação. Entre as 2 mil 300 empresas já implantadas no Nordeste através do Finor estão a Cica e a Etti, que, segundo o superintendente, encontraram melhores condições de produção no Nordeste do que no sul do país.

Maioria do PFL abandona Sarney

O presidente José Sarney deverá perder o apoio da maioria parlamentar do PFL no Congresso e na Constituinte, principalmente em relação à política econômico-financeira e ao mandato de cinco anos. A revelação foi feita com exclusividade ao

CORREIO BRAZILIENSE pelo deputado Gilson Machado (PFL-PE), depois de participar de uma reunião com os principais líderes do partido, ontem à tarde. Explica o parlamentar que há na bancada pefelista generalizado sentimento de revolta contra o presidente Sarney, acusado de ignorar as reivindicações políticas de deputados e senadores do partido, "enquanto mantêm permanente diálogo com os representantes do PMDB, com destaque para os chamados xiitas, e os atende sem exceções".

SO OS MINISTROS

Segundo Gilson Machado, a maioria da bancada do PFL não se conforma com a postura de Sarney.

— O presidente Sarney precisa anotar em seus indicadores políticos — afirma Machado — o fato de que houve no PFL, no que diz respeito à bancada parlamentar, renovação da ordem de 65 por cento. E são exatamente esses parlamentares trazidos pela renovação — maioria absoluta da bancada — aqueles que são tratados com o maior desprezo.

Sustenta que Sarney só dá ouvidos à bancada do PMDB e aos ministros do PFL, estes os únicos beneficiários, segundo ele, dessa aproximação com o Governo, pois também não atendem às reivindicações

da maioria da bancada. Cria-se, assim — diz Machado —, a impressão de que, se as cúpulas apoiam o Presidente, as bases também o fazem, "o que não é verdade".

EXEMPLOS

Como exemplo da falta de apoio de Sarney, Gilson Machado aponta o comportamento do superintendente da Sudene, Dorany Sampaio, que só anuncia através da liderança do PMDB a liberação de recursos ou a realização de obras. "Há casos em que os prefeitos de municípios eleitos pela legenda do PFL são preteridos nesse processo, em favor de algum vereador do PMDB", denuncia.

Outro exemplo por ele arrolado é o do deputado Ricardo Izar (PFL-SP), que há seis meses requereu audiência com o Presidente da República e até agora não foi atendido. Acusa, igualmente, o líder do Governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, de não conceder a menor importância aos pedidos da bancada pefelista.

DESMORALIZAÇÃO

A bancada do PFL, conforme Gilson Machado, considera que o ministro do Interior, Joaquim Francisco, está praticamente desmoralizado, pois não consegue demitir o chefe de Gabinete do Superintendente da Sudene, que o acusou publicamente de ser aético. Concluiu, então, que, nessas circunstâncias, o presidente Sarney não deve contar com o apoio da maioria da bancada do PFL para sustentação de seu Governo no Congresso e na Constituinte.

Sant'Anna tem tática para ampliar aliança

O presidente Sarney liberou o líder Carlos Sant'Anna e alguns dos seus amigos e aliados a tentarem a articulação de um grande bloco de sustentação do Governo, em outros termos, a ampliação da atual Aliança Democrática, mas desde logo advertiu que não deseja entrar em novos conflitos com os seus atuais aliados, principalmente o PMDB.

O Presidente fez essa afirmação, em meio a uma análise sobre as relações do Governo com a Constituinte e o Congresso, principalmente a respeito da Aliança Democrática e dos seus problemas com o PMDB, ao longo de um jantar que ofereceu a alguns dos seus amigos, entre os quais o líder Carlos Sant'Anna e vários deputados, como George Viana, Marcus Lima, Jorge Leite e Roberto Cardoso Alves, entre outros.

O PLANO

O Presidente deixou claro, nessa longa conversação, que Sant'Anna e seus amigos estão liberados para tomar iniciativas naquele sentido, ou seja, com o objetivo de ampliar a base de sustentação política e parlamentar do Governo, mas sem comprometer a ele diretamente. Sarney espera prudentemente pelos resultados do trabalho, para então avaliar se

deve ou não nele se envolver diretamente.

O líder Sant'Anna já promoveu vários encontros para análises dos problemas que enfrenta a base de sustentação política do Governo com alguns dos seus colaboradores mais fiéis. Analisou os problemas da Aliança Democrática e, principalmente, do PMDB, concluindo, junto a esses colaboradores, que é indispensável formar o grande bloco.

A idéia é formar um grande bloco suprapartidário para defender certas posições com as quais o Governo também se identifica. O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos colaboradores mais ativos de Sant'Anna, explica que não se trata de bloco para defender o Governo e sim para elaborar uma Constituição moderna e democrática, ao estilo das constituições de países da Europa Ocidental e o Japão.

— Desejamos reunir todos os que acreditam na social-democracia e, portanto, na democracia verdadeira, aquela que assegura certas liberdades fundamentais sem ignorar a preocupação com os problemas sociais. São democracias da Europa Ocidental, nunca as chamadas democracias populares, como Hungria, Romênia, Albânia, Polônia, etc. — disse o deputado.

O projeto de formação

do bloco suprapartidário inclui, em primeiro lugar, a organização de um núcleo de vice-líderes para estruturar sistematicamente a liderança do Governo — e, portanto, a sua defesa no Congresso e na Constituinte. Numa segunda etapa, a ampliação da Aliança Democrática, a ela acrescentando-se o reforço do PTB, PL, PDC e políticos do PDS.

Constituído o novo bloco suprapartidário, seus integrantes reivindicam algumas posições, de imediato, na alta administração federal, como presidências do BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Inamps, entre outros. Todos os programas executados por importantes órgãos do Governo na área social terão que passar, necessariamente, pelo crivo da liderança do Governo, a qual ganharia força e prestígio, segundo os que conceberam essa estratégia.

Uma vez concluída a montagem desse bloco suprapartidário, o líder Carlos Sant'Anna e seus principais colaboradores exigiriam do Presidente da República uma reforma ministerial de forma a reservar para seus representantes três ou quatro ministérios. Esta é, pelo menos, a estratégia que já foi discutida entre Sant'Anna e seus amigos e colaboradores mais chegados.

PTB aceita bloco, mas não de apoio ao Governo

O PTB aceita formar um bloco de centro moderado para atuar na Constituinte, mas rejeita a tese de se alinhar num bloco de sustentação do Governo porque seria, segundo definiu o deputado Roberto Jeferson (RJ), "o mesmo que ganhar um camarote de luxo num navio que está afundando". A idéia entre os petebistas é de que eles devem se unir para impedir que a nova Carta seja de esquerda ou de direita, mas por questões ideológicas e doutrinárias, e não por fisiologia.

Apesar de conungar desse pensamento, o líder Gastone Righi (SP) admite que gostaria de receber do Governo um ministério para se integrar à Aliança Democrática. Mas só interessaria se fosse uma pasta que viabilizasse a aplicação integral do programa do PTB.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (SP) não deseja participar de um bloco de sustentação do Governo porque, na sua opinião, corresponderia a resolver o

problema pessoal do presidente José Sarney, mas aceita a tese da formação de uma frente parlamentar que discuta os problemas da Constituinte. Contudo, exige que se esqueça o fisiologismo, "porque não quero um emprego do Palácio do Planalto, e sim sentar para conversar com os demais constituintes".

Nenhum petebista fez exigências a respeito de concessões do Palácio do Planalto para a participação num bloco constituinte, alegando que isso representa a busca de atuação política, capaz de assegurar a aprovação em plenário das teses de consenso. Apenas José Elias Murad (MG) comentou que se o Governo desse meios ao partido de viabilizar suas teses sociais gostaria de participar dele.

Joaquim Bevilacqua (SP) chama o bloco de interpartidário e acredita que ele se concretizará para negociar na Constituinte as teses que unem os partidos e até os pontos polêmicos, mas não crê que o PTB

se enamore de nada próximo à participação do Governo da Nova República. Ele também se incomoda com a possibilidade de, defendendo tal ponto de vista, se ver próximo da idéia do líder Carlos Sant'Anna, que no dia anterior fez a pregação dessa união, embora desejando que depois ela se transformasse no bloco de sustentação do Governo.

Já a deputada Tutu Quadros (SP) defende o bloco porque acha que os partidos estão muito divididos e os políticos naturalmente acabam se aglutinando por causa de ideias. Mas ela acha que isso só ocorrerá no primeiro dia da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e sem que os petebistas tenham exigido nada do Governo, como devem permanecer.

Alegando sua condição de moderado, o deputado Roberto Jeferson disse que aceita o bloco constituinte de centro-progressista, pois esse é o único caminho de viabilizar as teses moderadas e majoritárias na Assembleia.

Sarney não quer decisão precipitada

O presidente José Sarney não deseja que as decisões sobre o tempo de seu mandato e sobre o sistema de Governo sejam tomadas de forma "emocional e precipitada". Foi o que disse ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, ao deputado Jorge Leite (PMDB/RJ), ao fazer uma análise sobre a situação atual da política nacional.

Depois de explicações de Costa Couto, Jorge Leite disse que tem certeza da serenidade do Governo, mas argumentou que a divisão do PMDB, ocorria no último domingo com a prorrogação da decisão do mandato do presidente Sarney para a Assembleia Nacional Constituinte, forçou o Governo a procurar apoio em outros partidos políticos, como o PDS, PDC, PTB, PL entre outros que queiram dar apoio.

Rosenmann diz que racha é inevitável

Contrariando as mais diversas avaliações da convenção nacional do PMDB, o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) surpreendeu ontem, os meios políticos, em Brasília, ao admitir que o racha do partido, logo após os trabalhos da Constituinte, é inevitável. Ele fundamentou a sua previsão no resultado do encontro entre os convencionais, no último final de semana que, segundo ele, "simplesmente prorrogou um pouco mais uma divisão irreversível".

Rosenmann previu, ainda, o aparecimento de blocos de apoio ao Governo e à Assembleia Nacional Constituinte. Um, como denominou, "multipartidário moderado" e que trabalhará unido a nível de Constituinte. Este grupo, conforme salientou, não será necessariamente o mesmo que dará sustentação ao presidente, mas poderá agregar, inclusive, integrantes

do PDS. O outro bloco previsto por Rosenmann será de apoio ao Presidente, a nível de Governo.

O deputado constituinte acha também que a convenção do PMDB determinou que o senador Mário Covas, líder do partido na Constituinte, dificilmente será apontado pelo PMDB como candidato à Presidência da República, já que configurou uma posição de radical esquerda e que, portanto, não conseguirá aglutinar as forças do partido. Lembrou, entretanto, que o senador José Richa, que não é favorito, deverá crescer "porque consegue unir todas as forças partidárias". Não descartou a possibilidade de polarização entre os governadores, destacando Orestes Quercia, de São Paulo, e Alvaro Dias, do Paraná, "que poderão, também, se tornar candidatos do PMDB à Presidência da República".

Covas reclama de crítica de Lourenço

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), não gostou do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), tê-lo, comparado ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), na disputa por cargos fisiológicos no Governo.

Covas telefonou a Lourenço afirmando que não tem, nem pretende ter, qualquer protegido no Governo. O único que ele indicou, para superintendente da Receita Federal em São Paulo, apesar de todos os méritos (concurado etc) foi desnomeado por ser seu amigo.

Lourenço até compreendeu a reação de Covas, porém acentuou que, achava o PMDB estranho, com uma parte atacando o Governo e outra explorando-o

"todos mamando nas tetas oficiais, como Rômulo e Remo na loba romana".

As divergências entre Covas e Lourenço são muito antigas. Começaram desde que o PMDB elegeu o senador o seu líder na Constituinte por achar que o líder na Câmara, deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), estava sendo massacrado pelo líder do PFL. Covas tentou enquadrar José Lourenço em vários debates, o que provocou, sempre, um clima tenso. Apesar de reconhecer a honestidade do líder do PMDB, Lourenço tem dito que não há porque Covas se julgar mais parlamentar que os outros.

"Ele até nem é mais alto do que eu" — comentou sempre Lourenço em tom de brincadeira.